



# Gabinete

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000.  
gabinete@delmirogouveia.al.gov.br // (82) 98180-0015

## DECRETO N° 208, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

**DISPÕE SOBRE AS REGRAS E CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, CONTRATADOS E EXECUTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA.**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA, ESTADO D ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** a publicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de orientação e padronização dos processos de contratações governamentais no âmbito do Município de Delmiro Gouveia,

**DECRETA:**

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

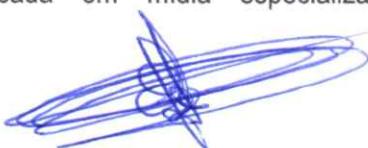
**Art. 1º** Este Decreto dispõe sobre as regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados pela Administração Pública Municipal Direta de Delmiro Gouveia.

§ 1º Quando a contratação envolver total ou parcialmente recursos do Estado e da União decorrentes de transferências voluntárias para o Município de Delmiro Gouveia, deverão ser observados os procedimentos previstos nas normas dos Entes Estadual e Federal concedentes ou no instrumento de transferência.

## CAPÍTULO II DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

**Art. 2º** Nos procedimentos licitatórios, o valor estimado para contratação de obras e serviços de engenharia, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI de referência e dos Encargos Sociais – ES cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

- I. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil – SINAPI, para as demais obras e serviços de engenharia;
- II. Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente



1



# Gabinete

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000.  
gabinete@delmirogouveia.al.gov.br // (82) 98180-0015

- III. Aprovada pelo Poder Executivo e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
- IV. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e
- V. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento próprio.

§ 1º Para a realização de pesquisa de preços que antecede a elaboração do orçamento de licitação é necessária avaliação crítica dos valores obtidos, a fim de que sejam descartados aqueles que apresentem grande variação em relação aos demais e, por isso, comprometam a estimativa do preço de referência.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não impede que os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal utilizem outros sistemas oficiais de referência de custos, desde que demonstrem, por meio de justificativa técnica, a incompatibilidade da adoção dos sistemas previstos no inciso I, do *caput*, deste artigo.

§ 3º Na hipótese de recursos decorrentes de transferências voluntárias da União, além dos procedimentos previstos nas normas do ente federal ou no instrumento de transferência, a tabela de referência prevista no inciso II, do *caput* deste artigo deverá ser formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal.

**Art. 3º** Nos processos licitatórios para a contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do art. 2º deste Decreto, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preços será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I, do art. 2º deste Decreto, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

**Parágrafo único.** Na hipótese do *caput* deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético nele referido.

**Art. 4º** Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 2º deste Decreto, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

**Art. 5º** Na elaboração dos orçamentos de referência, os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

**Parágrafo único.** Os custos unitários de referência da Administração Pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sempre juízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em





# Gabinete

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000.

gabinete@delmirogouveia.al.gov.br // (82) 98180-0015

qualquer outro serviço do orçamento de referência.

**Art. 6º** O orçamento estimativo deverá ser elaborado por profissional habilitado e será parte integrante do projeto básico, ou do termo de referência quando se tratar da licitação de projetos.

**Parágrafo único.** Comporão o orçamento estimativo os seguintes documentos:

- I. Folha de fechamento;
- II. Folha resumo, quando couber;
- III. Planilha orçamentária;
- IV. Cronograma físico-financeiro;
- V. Composições complementares, quando couber;
- VI. Cotações/propostas de serviços terceirizados, quando couber;
- VII. Planilha orçamentária organizada;
- VIII. Curva abc de serviços e de insumos;
- IX. Composição do BDI;
- X. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT quitada;
- XI. Memória de cálculo;
- XII. Relatório fotográfico;
- XIII. Projetos e/ou croquis;
- XIV. Termo de responsabilidade de utilização correta dos modelos e das tabelas de referências; e
- XV. Declaração de liberação do direito autoral patrimonial.

**Art. 7º** O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

- I. Taxa de rateio da administração central;
- II. Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram a contratada;
- III. Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;
- IV. Taxa de despesas financeiras;
- V. Taxa de lucro.

§ 1º O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL não se consubstanciam em despesas indiretas passíveis de inclusão na taxa de BDI do orçamento-base da licitação.

§ 2º Os preços unitário e global estabelecidos nos contratos incluem todos os custos e despesas necessários à perfeita execução do seu objeto.

§ 3º No contrato específico de cada obra ou serviço de engenharia contratados, na cláusula do valor para a execução do seu objeto, deverá constar explicitamente o percentual relativo a materiais e a mão-de-obra.

§ 4º O edital deverá exigir que os licitantes apresentem, em suas propostas, a composição analítica do percentual do BDI e dos Encargos Sociais – ES, discriminando todas as parcelas que o compõem, ou a





# Gabinete

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000.

[gabinete@delmirogouveia.al.gov.br](mailto:gabinete@delmirogouveia.al.gov.br) // (82) 98180-0015

exigência de que apresentem declaração de que aceitam as composições constantes no anexo ao edital, ou, ainda, explicitar que no caso da licitante não apresentar a composição do BDI, considerar-se-á que adotou o BDI referencial constante em anexo do edital.

**Art. 8º** Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 1º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a Administração Pública, ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 1º.

**Art. 9º** A anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

**Art. 10.** Os critérios de aceitabilidade de preços deverão constar do edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia.

**Art. 11.** A minuta de contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

§ 1º As medições serão efetuadas na data prevista da conclusão das parcelas constantes do cronograma físico-financeiro, que deverá ser ilustrado por representação gráfica.

§ 2º Os regimes de execução a que se referem os incisos II, III, IV e VI, do *caput* do art. 46, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão licitados por preço global e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

§ 3º Para efeito de medição e de faturamento, relativos aos serviços executados, deverá ser considerado o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro, que será peça integrante do contrato.

§ 4º O cronograma físico-financeiro deverá prever parcelas a cada 30 (trinta) dias, mantendo coerência com a execução dos serviços em cada parcela, podendo prever prazo menor para a primeira, para a última e para casos especiais autorizados pela autoridade competente.

§ 5º O cronograma físico-financeiro referencial do planejamento adequado da obra deve ser estabelecido pelo contratante, podendo a contratada adequá-lo, estando sujeito à aprovação do contratante.

§ 6º A contratada poderá solicitar a revisão do cronograma inicial, quando necessária, cabendo ao contratante autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos não imputados à contratada e que não contrariem os princípios que regem as licitações e contratações públicas.





# Gabinete

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000.  
gabinete@delmirogouveia.al.gov.br // (82) 98180-0015

## CAPÍTULO III DA FORMAÇÃO DOS PREÇOS DAS PROPOSTAS E CELEBRAÇÃO DE ADITIVOS EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

**Art. 12.** Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços:

- I. Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 7º deste Decreto, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da Administração Pública obtidos na forma do Capítulo II, também deste Decreto, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e
- II. Deverá constar do edital e do contrato, cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo único.** Para o atendimento do art. 10, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação aos preços global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.

**Art. 13.** O edital deverá prever que o percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

**Parágrafo único.** A não adoção da incidência de desconto linear previsto neste artigo deverá ser justificada nos autos do procedimento licitatório.

**Art. 14.** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**Parágrafo único.** Em caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário e tarefa, a diferença a que se refere o art. 12 deste Decreto, poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma deste Decreto, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

**Art. 15.** A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação, na forma prevista no Capítulo II deste Decreto, observado o disposto no art. 13 deste Decreto, e, no caso de alteração unilateral do contrato, mantidos os limites previstos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.





# Gabinete

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000.  
gabinete@delmirogouveia.al.gov.br // (82) 98180-0015

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Delmiro Gouveia/AL, 29 de dezembro de 2023.

ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA  
PREFEITA

  
Ailton Antônio de Macedo Paranhos  
Procurador Geral do Município  
Portaria Nº 012/2021